

OPOSIÇÃO CREDÍVEL E DIRETA AO GOVERNO



O relatório sobre os incêndios do verão passado associado à preparação da próxima época de combate aos fogos florestais, a degradação dos cuidados de saúde e a entrada da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no capital do Montepio são três temas prioritários para o PSD fazer “oposição direta” ao Governo



pág. 6

PSD

BEJA RECEBE AS COMEMORAÇÕES DOS 44 ANOS

A cidade de Beja acolhe as comemorações do 44.º aniversário do PSD nos dias 11 e 12 de maio. O PSD homenageia Alberto João Jardim e Mota Amaral numa data que pretende assinalar o contributo do PSD na consolidação das “Autonomias regionais”



pág. 9

LOCAIS

HOSPITAL DO LITORAL ALENTEJANO VIVE “SITUAÇÃO DRAMÁTICA”

Os deputados do PSD do distrito de Setúbal continuam a alertar Adalberto Campos Fernandes para o agravamento da prestação de cuidados de saúde no Hospital do Litoral Alentejano por causa da falta de médicos e enfermeiros



pág. 10

REGIONAIS

ATRASO NA CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS EM SÃO ROQUE DO PICO

O líder do PSD/Açores, Duarte Freitas, considera que o novo terminal de passageiros de São Roque do Pico deve avançar “de uma vez por todas”, no local anunciado há seis anos



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

GOVERNO DEVE EXPLICAR SOBRE RECUPERAÇÃO DA CGD

A ARTE DE SALVAR BANCOS

Quando um particular deixa de pagar o seu crédito à habitação, este tem um problema, porque o banco, no mínimo, fica-lhe com a casa. Quando milhares de particulares deixam de pagar os seus créditos, é o banco que passa a ter o problema, porque os bancos gerem créditos, fazem empréstimos e rentabilizam capital, e não estão habilitados para vender casas.

Em Portugal, quando um banco se depara com imparidades ou erros de gestão corrente que levam a prejuízos de exercício, habituámo-nos a ver quase sempre o Estado a intervir. São os momentos de uma espécie de uma mão invisível que salva o erro, que equilibra o prejuízo. Para os governos socialistas, salvar bancos é quase uma arte. São exímios em resgatar instituições financeiras. Um malabarismo que nos tem saído caro.

O Banco de Portugal acaba de divulgar que as ajudas do Estado ao sistema financeiro entre 2007 e 2017 – BPN, BPP, Banif e BES, entre outros – custaram aos contribuintes 17.563 milhões de euros, o que se traduz num impacto acumulado no défice de 9,1% do PIB, e de 12,3% na dívida pública.

Mesmo a Caixa Geral de Depósitos, que julgávamos poder estar acima de todas as suspeitas, num sistema financeiro que se tem revelado de negócios minados e de imparidades acumuladas, foi intervencionada. O governo do PS injetou 3,9 mil milhões de euros no banco público só no ano passado. Esta operação estragou o festim sobre o défice de 2017, que os socialistas agitavam como o mais baixo da história da democracia. Os propalados 0,9% são, afinal, 3%.

E há razões para voltarmos a temer. O Estado prepara-se para financiar o Novo Banco em 450 milhões de euros em 2018. É verdade que a banca nacional está sujeita a exigências apertadas impostas por Bruxelas. Mas há uma reflexão séria a fazer sobre o passado recente da banca portuguesa. Por que é que têm de ser sempre os portugueses a pagar pelos erros dos banqueiros e administradores, num sector que gera tantos ativos tóxicos?

Cada vez que o Estado salva um banco detido por acionistas privados, traduz uma clara opção política. Os recursos que se afetam para corrigir os erros da banca são os mesmos que retiramos e são absolutamente necessários para setores vitais da nossa vida coletiva e que estão, como sabemos, estão colocados em causa por tantas cativações. Como, por exemplo, na saúde, onde os hospitais têm as urgências num caos, adiam intervenções cirúrgicas ou acumulam dívidas a fornecedores, ou na educação, onde as escolas funcionam em instalações degradadas, com insuficiência de recursos ou com turmas sobrelotadas.

O PSD exigia ao Governo explicações sobre quem beneficiou do crédito atribuído pela Caixa Geral de Depósitos durante vários anos. Quem foram esses clientes de vida folgada e que se exibiram nas revistas cor-de-rosa? Por que continuamos a assistir ao vaivém de gestores que saltam de administração em administração, quando deveriam, antes de mais, pronunciar-se sobre os erros que deliberada ou negligentemente cometeram? Para quando sentenças definitivas, com penas de condenação efetivas e exemplares?

Empréstimos, linhas de crédito, garantias, fundos de resolução, resgastes, recapitalizações, imparidades são conceitos que nos entraram em casa pelas piores razões. Falta agora conhecer os autores e responsáveis desta narrativa financeira. Quem destruiu a banca portuguesa? Quem encheu os bolsos com comissões, especulação imobiliária e lucros fictícios? Quem são os responsáveis pelo buraco gigantesco na banca portuguesa, setor que, na década de 90, nos vendiam como de referência e bom exemplo de gestão?

A reestruturação da banca não pode fazer-se apenas com números. Faltam sobretudo as explicações. Quem opta por resgatar ou recapitalizar a banca tem, no mínimo, o dever de esclarecer o contribuinte que, sem culpa no cartório, é sempre quem paga a fatura. A verdade tem definitivamente de sobrepor-se ao silêncio que esconde tamanha lama financeira.



LICITAÇÕES CAPITALIZAÇÃO



Rui Rio desafia o Governo a explicar aos portugueses o motivo pelo qual foi injetado tanto dinheiro na Caixa Geral de Depósitos (CGD). “Todos sabemos que estão em causa imparidades, mas elas resultam da concessão de crédito atribuído pelo banco público a alguns clientes. Era bom que soubéssemos quem é que usufruiu desse crédito malparado em valores astronómicos”, concretiza o presidente do PSD.

Rui Rio alerta que o orçamento aprovado não é o orçamento executado, porque há uma série de cativações que o ministro das Finanças está a fazer. O PSD desconhece se a despesa que está inscrita é real ou se o Governo está a acumular e esconder “faturas na gaveta”. Há uma série de operações não contabilizadas e, por exemplo, as dívidas do Serviço Nacional de Saúde estão a crescer.

O presidente do PSD quer um défice em 2018 inferior a 0,9% e não menos que 3% do PIB. Pede um programa de racionalização da despesa pública que permita começar a fazer uma redução progressiva da carga fiscal.

Sobre o sentido de voto do Orçamento do Estado para 2019, Rui Rio esclarece: “O PS teria de fazer uma inversão brutal do que é um governo do Partido Socialista apoiado pela esquerda”.

O Estado desembolsou 17 mil milhões de euros para salvar bancos só nos últimos oito anos. O último caso é o da Caixa Geral de Depósitos que custou ao bolso dos contribuintes 4 mil milhões de euros.



Conselho Nacional do PSD

OPOSIÇÃO CREDÍVEL E DIRETA AO GOVERNO



O relatório sobre os incêndios do verão passado associado à preparação da próxima época de combate aos fogos florestais, a degradação dos cuidados de saúde e a entrada da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no capital do Montepio são três temas prioritários para o PSD fazer “oposição direta” ao Governo. Numa intervenção de 45 minutos, durante o primeiro Conselho Nacional da direção, no Porto, Rui Rio insistiu na necessidade de avançar com reformas estruturais no Estado, na Justiça e na Segurança Social.

O presidente afirmou que o PSD fará marcação cerrada à maioria de esquerda, numa linha de oposição centrada nos valores que os cidadãos exigem dos políticos: “seriedade, coragem e competência”. Estas são as condições para consolidar a credibilidade no PSD.

Em declarações à imprensa, depois de quase cinco horas de reunião, Paulo Mota Pinto garantiu que houve uma “clara unidade em torno da estratégia que tem vindo a ser prosseguida pelo PSD” e falou em “debate muito participado”.

“Saúdo uma grande manifestação de unidade e de apoio à estratégia do partido e o elevado nível dos contributos que foram realizados”, disse o presidente da Mesa do Congresso do PSD.

“A preocupação que PSD tem revelado pela degradação do Serviço Nacional de Saúde por virtude da falta de meios financeiros. É um problema muito sentido atualmente pelos portugueses. Alguma perplexidade pela preparação da época de incêndios. E o tema relativo à utilização de recursos financeiros significativos da Santa

Casa Misericórdia de Lisboa (SCML) para recapitalizar o Montepio”, especificou Paulo Mota Pinto.

No Conselho Nacional, José Silvano foi oficialmente eleito secretário-geral do PSD, obtendo um total de 78% votos favoráveis. Num total de 96 possíveis, José Silvano teve 75 votos a favor, cinco nulos e 16 brancos. O nome do antigo autarca de Mirandela já tinha sido ratificado na Comissão Política Nacional, que decorreu dia 28 de março.

O Conselho Nacional teve início pelas 21h15, depois de alcançado quórum, com Paulo Mota Pinto a informar que outros Conselhos Nacionais terão lugar por todo o País, aproximando os órgãos nacionais às bases do Partido.

Primeira reunião com distritais

MOBILIZAR AS BASES



A primeira reunião entre o presidente do PSD e as distritais decorreu em tom “sereno e cordial” e esteve centrada na inovação introduzida pelos moldes recém-conhecidos sobre o Conselho Estratégico Nacional. O objetivo do CEN é abrir o Partido à sociedade, aproximar as pessoas do PSD e construir, no final, um projeto político assente num programa ambicioso de reformas e de desenvolvimento para Portugal, em que os cidadãos se irão rever. Este primeiro encontro com as distritais foi precedido de uma reunião da Comissão Política Nacional.

A reunião de 28 de março começou com intervenções de Rui Rio e do presidente do CEN, o vice-presidente do partido David Justino, sobre as novas funções deste órgão, que reunirá os porta-vozes do PSD em 16 áreas temáticas e terá por missão preparar o programa eleitoral para 2019.

Nestas intervenções, ambos procuraram afastar a ideia de que o papel das distritais poderá ser secundarizado e apontaram o Conselho Estratégico como “uma oportunidade” para estas estruturas “mostrarem a sua força”.

No regulamento distribuído na reunião refere-se especificamente que a responsabilidade da criação e organização das secções temáticas locais ficará a cargo dos presidentes das distritais.

Os presidentes das distritais saudaram ainda a escolha do nome proposto para secretário-geral do PSD, José Silvano. Este encontro com as distritais realizou-se nos termos previstos pelos estatutos do PSD, que determinam que “o presidente da Comissão Política Nacional e o secretário-geral reúnem, ordinariamente, de dois em dois meses, para articulação política de matérias de âmbito geral e distrital, com os presidentes das Comissões Políticas Distritais”.

BEJA RECEBE AS COMEMORAÇÕES DOS 44 ANOS



A cidade de Beja acolhe as comemorações do 44.º aniversário do PSD nos dias 11 e 12 de maio. O PSD homenageia Alberto João Jardim e João Bosco Mota Amaral numa data que pretende assinalar o contributo do PSD na consolidação das “Autonomias regionais”.

Nas primeiras eleições legislativas regionais que decorreram em Portugal, em junho de 1976, o PSD alcançou vitórias históricas pelas mãos de Mota Amaral e Alberto João Jardim, protagonistas da afirmação da social-democracia nas duas regiões autónomas e do desenvolvimento de Açores e Madeira nos muitos anos em que lideraram os governos regionais.

Com eleições legislativas regionais a decorrer, na Madeira, em 2019 e, nos Açores, em 2020, o PSD olha para

o seu papel como Partido definidor das autonomias regionais, reafirmando o seu protagonismo no aprofundamento das mesmas com o objetivo cimeiro de servir as populações açoriana e madeirense.

Beja foi escolhida para receber as comemorações do aniversário. Aquela cidade do interior personifica alguns dos maiores desafios de Portugal no presente, designadamente a necessária reforma da descentralização.

O PSD chamará a atenção para essa agenda, enquanto recorda ainda uma cidade com peso histórico nestes 44 anos de existência do partido. A sessão solene das comemorações, a 12 de maio, terá lugar no Teatro Municipal Pax Julia, onde, em abril de 1975, um comício do então PPD foi interrompido por forças radicais. O agora

Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, participava nesse comício.

O programa do aniversário incluirá ainda visitas e reuniões no distrito de Beja. Serão oradores os homenageados, João Bosco Mota Amaral e Alberto João Jardim; Francisco Pinto Balsemão, fundador e militante n.º1; e o presidente da Comissão Política Nacional, Rui Rio.

O militante fundador do PSD em Beja, Marciano Lopes, é o comissário para as comemorações.

O programa do 44.º aniversário foi apresentado pela direção nacional do partido e aprovada em Comissão Política Nacional, em 28 de março de 2018.

DESCALABRO DA POLÍTICA CULTURAL

O PSD considera que os resultados provisórios do Concurso ao Programa de Apoio Sustentado 2018-2021 da Direção-Geral das Artes (DGArtes) “é mais um episódio no fracasso da política cultural do Governo”. “Depois do cinema e do audiovisual, a evidência do fracasso da política cultural deste Governo tem agora um novo episódio nos concursos de apoio às artes, com a contestação esperada e unânime do setor”, afirmou José Carlos Barros, coordenador do PSD na Comissão Parlamentar de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.

“Já nem vale a pena chamar o senhor ministro da Cultura [ao parlamento], pois não responde absolutamente nada relativamente aos grandes desafios da criação artística, do cinema e do audiovisual e remete, sistematicamente, para o secretário de Estado, que também já não tem respostas para dar”, disse José Carlos Barros.

Para o deputado social-democrata, o secretário de Estado da Cultura, Miguel Honrado, “esgotou a sua capacidade de diálogo com as estruturas artísticas”. A situação é, no entender do PSD, “um triste sintoma da incapacidade que este ministério tem revelado na política cultural”.

Numa pergunta dirigida ao ministro da Cultura, o PSD recorda que “a situação é grave” e disse esperar que o Governo reveja os resultados, nomeadamente dada a “desconsideração” para com “determinadas estruturas artísticas com trabalho consolidado”.

O deputado referiu-se aos resultados provisórios como uma “machadada incompreensível” que vem interromper projetos num setor que necessita de estabilidade, lembrando que “dramático” tem sido o termo mais utilizado nas críticas das diferentes estruturas artísticas.

“Espera-se que haja capacidade de inverter decisões, que são absolutamente dramáticas”, afirmou o parlamentar, advertindo que “o problema é que o que ministro [da Cultura] tem vindo a dizer que esta primeira fase de intervenção do Governo é para ‘arrumar a casa’, para criar as condições de afirmar políticas culturais, tal como este executivo as entende.

José Carlos Barros realçou que estão decorridos dois terços da legislatura, tempo suficiente para “estar corrigido e estabilizado”. Aquilo a que se assiste é à “inação do Governo em termos das políticas culturais” e ao “desbaratar progressos” alcançados no setor do cinema e do audiovisual, pelo anterior Governo, “numa situação muito difícil para o país”.

Para o PSD, a visão do Governo na área cultural mostra-se manifestamente propagandística, com redução de recursos em tempo de crescimento da economia, amputando a conceção cultural e a geração artística e mutilando a oferta cultural no território nacional, como é o caso das cidades de Évora, Covilhã e Coimbra.

Por exemplo, o Teatro Experimental do Porto, a companhia profissional mais antiga de Portugal, apesar de comemorar 65 anos de atividade em Junho, fica também de fora dos apoios da Direção Geral das Artes, com uma candidatura que “procura colmatar a precariedade do sector, assumindo contratos de trabalho para a equipa nuclear e para todos os colaboradores que integrem as atividades. Este plano inclui 20 criações (18 delas dramaturgias originais e 2 de repertório), bem como um projeto de formação de quatro anos, com várias fases de atividade”. No Porto ficam também sem apoio a Seiva Trupe, o Festival Internacional de Marionetas e o Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica (FITEI).

Na região Centro foram excluídas companhias que deixam sem Teatro as cidades de Coimbra e da Covilhã. Na Covilhã, foi excluído o Teatro das Beiras, e, em Coimbra, as duas companhias profissionais com sede em Coimbra - O Teatrão e a Escola da Noite, organizações de reconhecido mérito artístico e cultural e que têm marcado o panorama cultural da cidade ao longo das últimas décadas.

SCHENGEN É “SINÓNIMO DE LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO”

Carlos Coelho esteve, dia 3, na Assembleia da República, onde falou da reforma do Sistema de Informação de Schengen (SIS), pelo qual é responsável, assim como do relatório anual sobre o funcionamento do espaço Schengen, que está a ser feito pela primeira vez.

O eurodeputado do PSD explicou aos deputados em que consiste a reforma do SIS, que atualmente é “o melhor instrumento de cooperação policial e judicial, que pode e deve ser melhorado”. A reforma deste sistema tornará mais eficaz o combate ao terrorismo e melhorará a proteção das crianças, com novos alertas. Prevê-se ainda uma introdução real do uso de “dados biométricos”, assim como uma “maior rapidez” nos gabinetes SIRENE (Supplementary Information Request at National Entry), responsáveis pela troca de informações suplementares a nível nacional, não devendo demorar mais de 12 horas. Também a introdução de todas as decisões de retorno é um dos pontos-chave desta reforma.

O eurodeputado do PSD apelidou Schengen como “sinónimo de liberdade de circulação”, lembrando que Portugal esteve sempre na primeira linha deste projeto. Para Carlos Coelho, os cidadãos comunitários reconhecem que Schengen é uma das principais conquistas do projeto europeu.



Conferência dos TSD “O Futuro do Trabalho”

VALORIZAR A FORMAÇÃO



O Núcleo da Juventude da Distrital dos Trabalhadores Social Democratas do Porto realizou, no dia 12 de março de 2018, um debate sobre “O Futuro do Trabalho”. Uma iniciativa que contou com a presença de David Justino, vice-presidente do PSD e coordenador do Conselho Estratégico Nacional (CEN).

Paula Arriscado, diretora de Recursos Humanos do Grupo Salvador Caetano, destacou a importância de conhecer as necessidades dos quadros das empresas. Paula Arriscado considera fundamental a formação em contexto de trabalho bem como a motivação dos jovens. Recordou que, apesar de a taxa de desemprego estar em queda, não tem aumentado a taxa de satisfação das ofertas de emprego, pois as necessidades atuais de recursos humanos nas empresas não chegam a ser satisfeitas (funções relacionadas com as altas tecnologias e outras que surgiam dos cursos técnico profissionais – soldadores, mecânicos, entre outros).

O professor universitário José Manuel Castro apelou à mobilização dos atuais trabalhadores para os desafios da indústria 4.0, a robótica, a inteligência artificial. Face ao inevitável envelhecimento da população ativa, é imperioso não desperdiçar este “armazém de competências”.

Mafalda Troncho, diretora da Organização Internacional do Trabalho em Portugal, traçou uma análise global do mundo laboral. As comemorações do centenário da OIT, em 2019, estarão centradas no futuro do trabalho e no plano que este ocupa na justiça social. Em que situação se encontram os três mil milhões de indivíduos que constituem a população ativa do planeta? Onde se situam os maiores défices de trabalho digno? Estas foram algumas questões colocadas pela perita do escritório da OIT em Lisboa.

Esta conferência foi encerrada pelo secretário-geral dos Trabalhadores Social Democratas, Pedro Roque.



ORÇAMENTOS NÃO COBREM DESPESAS DO SNS

Depois de o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, Adão Silva, ter afirmado que “o Serviço Nacional de Saúde [SNS] vive numa crise crescente que tem de ser rapidamente ultrapassada”, vieram a público informações que indicam que há um agravamento do défice e mais dívidas vencidas.

Em 30 hospitais e centros hospitalares, 27 não reduziram, até outubro de 2017, as dívidas a fornecedores a mais de 90 dias. Segundo a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), a dívida total vencida rondava os 1,4 milhões de euros, representando um aumento de 30% comparativamente com o mesmo período em 2016.

No debate de urgência que decorreu na quinta-feira por iniciativa do PSD, o deputado social-democrata acusava a atual solução governativa de privilegiar a “prosápia”, em detrimento do cumprimento daquilo que prometeu no seu programa: “melhorar a qualidade dos cuidados de saúde”. “Prosápia no Governo do Partido Socialista e dos seus parceiros do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista que aprovaram já três orçamentos, visivelmente, inadequados para o SNS”, especificou o vice-presidente da bancada parlamentar. Adão Silva alertou que os orçamentos são “inadequados, e por isso, a dívida e os pagamentos em atraso no SNS continuam a derrapar”.

Ainda na quinta-feira, Fernando Negrão efetuou uma visita às instalações do Instituto Português de Oncologia Dr. Francisco Gentil de Lisboa. O presidente da bancada social-democrata ouviu as preocupações dos responsáveis clínicos sobre atividade cirúrgica neste centro de referência oncológica em Portugal. O PSD lamenta que o Ministério da Saúde não dê resposta para os problemas relacionados com a ampliação da unidade. “Tocámos num ponto importante: tem que ver com bloco operatório. O Governo anterior concedeu cinco milhões de euros para a sua modernização. Só dois anos depois é que este hospital conseguiu obter autorização para a realização da obra”, apontou Fernando Negrão.



HOSPITAL DO LITORAL ALENTEJANO VIVE “SITUAÇÃO DRAMÁTICA”

Os deputados do PSD do distrito de Setúbal continuam a alertar o ministro da Saúde para o agravamento da prestação de cuidados de saúde no Hospital do Litoral Alentejano por causa da falta de médicos e enfermeiros. “Atualmente, a Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano é a unidade do país que tem o pior rácio de enfermeiros por habitantes, bem como o mais baixo financiamento ‘per capita’”, acusa Pedro do Ó Ramos. No final de 2017, faltavam 62 enfermeiros e 38 assistentes operacionais, bem como médicos de várias especialidades, para que toda a unidade de saúde pudesse funcionar adequadamente.

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) corrobora este estado caótico e denuncia o encerramento de camas, o cancelamento de cirurgias por falta de enfermeiros no Hospital do Litoral Alentejano (HLA) e o “despedimento” de profissionais contratados em regime de substituição.

“Até ao momento, o Ministério da Saúde nada fez para resolver este problema, sendo que o mesmo se agravou, estando na iminência o encerramento de vários serviços por falta de profissionais”, sublinha o deputado.

Pedro do Ó Ramos diz que esta é uma “situação dramática” que necessita de uma “resolução urgente” e que pode ser solucionada pela alteração ao quadro de pessoal que se encontra “esgotado e desatualizado”, para permitir contratar os profissionais em falta.

“Para o ministro da Saúde parece que está tudo bem, que não existem problemas. Mas isso é completamente falso. Se o ministro visitasse os hospitais saberia disso”, afirma.

O deputado acrescentou que não podem continuar a existir “camas encerradas, cirurgias adiadas, falta de enfermeiros e de médicos em determinadas especialidades”, frisando que a situação da pediatria é “gritante”.

A ULSLA integra o HLA e os centros de saúde dos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e de Sines, no distrito de Setúbal, e Odemira, no distrito de Beja, abrangendo uma população residente de cerca de 97 mil habitantes.

PSD RECOMENDA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA MATERNIDADE EM COIMBRA

Os deputados do PSD apresentaram um projeto de resolução na Assembleia da República que recomenda ao Governo a construção de uma nova maternidade em Coimbra e o reforço de meios técnicos e humanos. Numa iniciativa parlamentar que tem como primeiro subscritor o líder parlamentar, Fernando Negrão, os sociais-democratas desafiam o Governo a encontrar a localização para a nova maternidade de Coimbra “no prazo de 90 dias a contar da publicação do presente diploma, iniciando de seguida os procedimentos concursais para o projeto e para a obra respetiva”.

“No final de 2016 foi anunciado que o Governo autorizou o início da construção de uma nova maternidade em Coimbra, tendo mesmo sido anunciado que o concurso da obra seria lançado no final de 2017 ou, o mais tardar, no início do corrente ano”, refere o grupo parlamentar, no projeto de resolução a que a agência Lusa teve acesso.

O PSD recorda que o referido anúncio foi efetuado pelo ministro da Saúde, no decurso de uma visita ao Hospital Pediátrico de Coimbra, “sendo então, igualmente, divulgada a disponibilização de quatro milhões de euros para a primeira fase da obra”.

Decorridos três meses sobre o anúncio, “o Governo entendeu aprovar o despacho n.º 1897-A/2017, de 06 de março, através do qual constituiu um grupo de trabalho com o objetivo de estudar a criação de uma maternidade no município de Coimbra, integrada no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC)”, para substituição das duas maternidades existentes – Bissaya Barreto e Daniel de Matos.



O projeto de resolução salienta ainda que o ministro da Saúde diz estar a aguardar propostas do CHUC, da Administração Regional de Saúde do Centro e da própria Câmara Municipal de Coimbra para a localização da nova maternidade.

“Este evidente impasse de decisão prejudica a prestação de cuidados de saúde de qualidade em Coimbra e em toda a região que é servida por estas maternidades”, lê-se no documento, que alerta para a “degradação das condições de funcionamento, que se têm agravado significativamente desde o anúncio de construção de uma nova maternidade”, dada a crescente falta de investimento e de meios que se verifica atualmente.

Os sociais-democratas recomendam também ao Governo que “proceda a um levantamento urgente das necessidades mais prementes das maternidades que atualmente integram o CHUC, de modo a garantir a proteção da saúde dos utentes do Serviço Nacional de Saúde”.

Por outro lado, solicitam a renovação e a substituição de equipamentos “que apresentam características de obsolescência, de modo a evitar qualquer situação de risco ou de violação do direito à proteção da saúde dos utentes servidos pelas maternidades que atualmente integram o CHUC”.

ATRASSO NA CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS EM SÃO ROQUE DO PICO

O líder do PSD/Açores, Duarte Freitas, defende que o novo terminal de passageiros de São Roque do Pico deve avançar “de uma vez por todas”, no local anunciado há seis anos. “Não vale a pena enganar as pessoas com discursos de deslocalização. Isso não faz qualquer sentido. Aqui mesmo ao longo de muitos anos o Santo Amaro, o Terra Alta, o Espírito Santo [antigos navios de passageiros] faziam as ligações às Velas e ao resto dos Açores”, adiantou.

O líder regional social-democrata falava à margem de uma visita ao Porto Comercial de São Roque do Pico, na ilha do Pico, onde lembrou que em abril de 2012 o atual presidente do Governo Regional, Vasco Cordeiro, na altura secretário regional da Economia, apresentou o projeto de construção de um terminal de passageiros para o local, mas a obra ainda não avançou.

“Seis anos após – e é bom que se conte a história – continuamos na estaca zero. O Governo Regional vem ao Pico na próxima semana, portanto é uma altura de, de uma vez por todas, se acabar com esta indefinição”, salientou Duarte Freitas, referindo-se à visita estatutária à ilha do Pico que o executivo açoriano realiza na próxima semana.

Em janeiro, a secretária regional dos Transportes e Obras Públicas, Ana Cunha, disse que a construção do novo terminal de passageiros de São Roque do Pico ainda não tinha localização definida, uma vez que as soluções existentes não eram “tecnicamente fáceis”.

Duarte Freitas considera, no entanto, que não há motivo para estudar outras hipóteses de localização.

“Não enganem mais as pessoas. Já houve tempo de mais para estudar, já houve mais de seis anos para estudar e não há mais conversa de deslocalização”, frisou.

O cais de São Roque do Pico acolhe atualmente navios de passageiros e de mercadorias, o que condiciona a operação dos navios de mercadorias, nos dias em que os navios de passageiros de maior dimensão atracam, durante a operação de verão.

Dados desmentem o governo regional sobre as ligações aéreas ao Faial

O deputado do PSD à Assembleia Legislativa dos Açores Carlos Ferreira sublinha que os dados oficiais do Serviço Regional de Estatística (SREA) “desmentem” o Governo Regional e a administração da SATA, sobre as ligações aéreas ao Faial.

Num comunicado, o parlamentar social-democrata realça que as estatísticas públicas não dão conta da existência de um decréscimo no movimento de passageiros entre o aeroporto da Horta, no Faial, e o exterior, como afirmou terça-feira a secretária regional dos Transportes, na comissão de Economia.

“Há uma incongruência entre os dados oficiais do SREA e os da SATA”, esclareceu Carlos Ferreira, que entende ser “urgente” a clarificação destes dados, recordando que foi com base num alegado decréscimo de movimento de passageiros para o Faial, entre 2016 e 2017, que a companhia aérea açoriana decidiu reduzir o número de ligações.

Segundo explicou, os números invocados pela tutela e pela transportadora regional “não são públicos”, ao con-

trário dos dados do SREA, e defende, por isso, que haja uma “clarificação” sobre as estatísticas dos voos.

“Por interpeção do grupo parlamentar do PSD/Açores, o Governo Regional vai ter de fornecer à comissão parlamentar de Economia os dados da SATA sobre as ligações entre o Faial e o exterior”, insistiu.

Para Carlos Ferreira, a diminuição no número de voos e lugares disponibilizados pela SATA nas ligações entre o aeroporto da Horta e Lisboa, por decisão do executivo socialista e da administração da companhia aérea, “estão a condicionar o desenvolvimento da ilha do Faial”.

“A SATA e o Governo Regional, ao cortarem os acessos ao Faial - diminuindo ligações e milhares de lugares -, estão a estrangular a ilha e a matar as nossas perspetivas de desenvolvimento”, lamentou o deputado do PSD.

No seu entender, em vez de reduzir, seria necessário “reforçar a oferta de voos e lugares nos meses julho e agosto”, para responder à procura que se verifica nessa altura do ano.

INÉRCIA DO PODER CENTRAL PREJUDICA A MADEIRA



O presidente do Governo da Madeira está “farto” da inércia do Executivo nacional em relação aos assuntos pendentes com a região. Miguel Albuquerque falava aos jornalistas sobre a reunião que manteve, dia 27, em Lisboa, com o presidente do PSD, Rui Rio, apontando que o encontro serviu para abordar um “conjunto de questões que estão pendentes, penduradas e para resolver há montes de tempo e não são resolvidas, e que são fundamentais para a Madeira”.

“Nós estamos fartos disto. Isto é uma agenda política. Acha que faz sentido, por razões políticas prejudicar os madeirenses?”, questionou o governante madeirense.

Miguel Albuquerque observou que a Madeira precisa do “apoio do PSD para fazer pressão junto do Governo nacional para as resolver”, apontando que “a questão do hospital, dos subsistemas [de Saúde], do subsídio de mobilidade, da redução da taxa de juro [do empréstimo do Estado à região no âmbito do programa de ajustamento], tudo isto está pendurado”.

“O que temos é conversa, grupos de trabalho e nada anda, nada é resolvido e vão jogando para o lado”, afirmou, considerando tratar-se de “uma lengalenga” que se arrasta no tempo.

Miguel Albuquerque comparou a situação a um jogo de futebol, argumentando que “se é para marcar um golo à baliza, jogamos para a frente e tentamos rematar para a baliza”, realçando que “agora eles [Governo central] vão caíndo a meio campo, vão jogando para o lado, vão adiando as coisas, nada anda, nada se resolve”.

“Nem o grupo de trabalho [para a construção do novo hospital] está sequer a andar, a questão das taxas de juro, andamos nisto desde que o Governo chegou lá, é uma coisa simples”, argumentou, sublinhando que “não faz nenhum sentido o Estado português estar a ganhar dinheiro à custa dos madeirenses”.

Instado a falar sobre a garantia dada por Rui Rio sobre o apoio à região nestas matérias, respondeu: “Ele tem que fazer isso, porque na verdade estas questões não são resolvidas”. “Falei com o presidente do PSD no sentido, como maior partido da oposição, de fazer pressão para resolver estes assuntos”, complementou.

A nível partidário, confirmou que Rui Rio vai marcar presença na festa anual do PSD da Madeira, no Chão da Lagoa, em julho. Também assegurou que, nas próximas eleições legislativas regionais, em 2019, vai “concorrer para a maioria absoluta”. “Não vou concorrer para perder as eleições. Vou concorrer para ganhar”, venceu.



"No PSD não há urbanos e rurais, não há liberais e socialistas, não há massas e vanguardas, Há, sim, os portugueses e sociais democratas que todos somos"

Social democratas reunidos em Seteais



Manuel Arruda,
Presidente PSD/Açores
**Governação
socialista
não passa
de pura
publicidade
enganosa**

páginas 10 e 11

"O Balanço do Estado da Nação"

página 12

Isaltino de Moraes,
Presidente da Câmara
de Oeiras
**No que
respeita a
infraestruturas
este governo
não fez
absolutamente
nada**

página 9



Durão Barroso no Parlamento

**O Governo, apesar de todos os artifícios
a que recorre, já não consegue esconder
o retrato real da nossa economia**

páginas 6 a 8

**Ferreira
do Amaral
no Brasil**

O candidato à Presidência da República apoiado pelo Partido, Joaquim Ferreira do Amaral, parte na próxima quarta-feira para o Brasil onde, para além de encontros com o Presidente e Vice-Presidente daquele país, Fernando Henrique Cardoso e Mário Maciel, respectivamente, terá diversos encontros com a comunidade portuguesa radicada em Brasília, Rio de Janeiro e S. Paulo.

Edição n.º 1220 do "Povo Livre" | de 3 de julho de 2000

No debate sobre "O Estado da Nação", Durão Barroso acusava o Governo de já não conseguir esconder o retrato real da economia: "O País vive uma situação preocupante, evidente no plano económico, que atinge o conjunto da sociedade e que envenena a própria autoridade do Estado. Portugal é hoje um país socialmente injusto, regionalmente desequilibrado, administrativamente desorganizado, politicamente desgovernado, economicamente endividado e moralmente desanimado".

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEPÇÃO

Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



SECÇÕES

CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Coruche, para reunir no próximo dia 05 de Maio de 2018 (sábado), pelas 14h00, na sede, sita na Travessa dos Guerreiros, nº 26, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 – Eleição da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da Secção, ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede estará aberta para o efeito das 21h30 às 24h00
- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

MARCO DE CANAVESES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Marco de Canaveses, para reunir no próximo dia 27 de Abril de 2018 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita no Largo Sacadura Cabral, nº 10 (frente à Câmara Municipal), com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Apreciação e votação das contas relativas ao ano de 2017 da CP Secção de Marco de Canaveses
- 3 – Análise da situação política

NAZARÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Nazaré, para reunir, no próximo dia 05 de Maio de 2018 (sábado), pelas 18h00, na Rua Sub Vila nº 28, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na Rua Forno da Cal, Vivenda Almeida - Nazaré, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 18h00 às 19h00

POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Pombal, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 05 de Maio de 2018 (sábado), pelas 14h00, na sede, sita na Rua Dr. Luis Torres, 4 – 2º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 – Eleição da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da Secção, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede estará aberta para o efeito das 21h00 às 24h00.
- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Real, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 20 de Abril de 2018 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua da Boavista, nº 11, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Análise da situação política local e nacional
- 2 – Outros

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Real, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 05 de Maio de 2018 (sábado), pelas 14h00, na sede, sita na Rua da Boavista, nº 11, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Eleição dos órgãos da Secção, Mesa da Assembleia de Secção e Comissão Política de Secção para o biénio 2018/2020

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da Secção, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 14h00 às 19h00



AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para se reunirem no próximo dia 05 de maio de 2018, sábado, pelas 15h00, na Sede do PSD em Aveiro, situada na Av. Dr. Lourenço Peixinho, nº 170, 1º andar, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD Aveiro

Notas:

As urnas estão abertas das 15h00 às 17h00. As listas candidatas deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, na morada supracitada, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

POR LAPSO DA CONCELHIA ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR

BOMBARRAL

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Militantes Concelhio da JSD do Bombarral para reunir no próximo sábado dia 7 de Abril de 2018 (sábado), pelas 11h na sede do PSD do Bombarral sita na Rua Manuel Lima Souto, 10, R/C, 2540-117 Bombarral, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política concelhia, distrital e nacional da JSD e do PSD;
- 3 – Outros assuntos.

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Tomar para reunião no próximo dia 21 de Abril de 2018, pelas 14h30 na sede do PSD de Tomar, sita da Rua da Fábrica da Fiação 57-A, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações e análise da situação política;
- 2 – Outros assuntos.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...

**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**

**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**

O dia-a-dia da atividade do PSD

Noticiário semanal todas as sextas-feiras